

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

REGISTRO DE CANDIDATURA (11532) - 0600973-82.2018.6.21.0000 - Porto Alegre - RIO GRANDE DO SUL

RELATOR: JOAO BATISTA PINTO SILVEIRA

REQUERENTE: PAULO EUCLIDES GARCIA DE AZEREDO, FRENTE TRABALHISTA 12-PDT / 35-PMR

Advogados do(a) REQUERENTE: MARIANA STEINERT JOHANN - RS94759, EDUARDA HOFFMANN - RS98034, CARLOS EDUARDO DIEDER REVERBEL - RS59678, ALEXANDRE SCHMITT DA SILVA MELLO - RS43038

REGISTRO DE CANDIDATURA. ELEIÇÕES 2018. DEPUTADO ESTADUAL. PARECER MINISTERIAL PELO INDEFERIMENTO. INELEGIBILIDADE PREVISTA NO ART. 1°, INC. I, AL. "C", DA LEI COMPLEMENTAR N. 64/90. MANDATO DE PREFEITO CASSADO PELA CÂMARA DE VEREADORES. DECRETO-LEI 201/67. LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. REGISTRO INDEFERIDO.

- 1. A teor do art. 1°, inc. I, al. "c", da Lei Complementar n. 64/90, são inelegíveis, por oito anos, o Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município.
- 2. Ato de cassação de mandato de prefeito, pela Câmara de Vereadores, em razão da prática de infrações político-administrativas. Caracterizada a identidade dos objetos jurídicos tutelados nos arts. 7º, incs. XVII e XVIII, 126 e 127, inc. I e IV, da Lei Orgânica Municipal e art. 4º, inc. VII e VIII, do Decreto-Lei n. 201/67, todos voltados à exigência de regular desempenho do mandato pelo Chefe do Executivo Municipal. As infrações extraídas do mencionado Decreto-Lei 201/67 correspondem a violações de deveres assumidos pelo Prefeito que se encontram previstas na Lei Orgânica do município.
- 3. Evidenciada a perda do mandato por infração político-administrativa prevista no Decreto-Lei n.º 201/67, que trata da responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, impõe-se reconhecer a inelegibilidade prevista na alínea "c" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar n. 64/90, a despeito de não terem constado no Decreto-Legislativo nº 269/15 os artigos da norma municipal.
- 4. Indeferimento do registro de candidatura.

A C Ó R D Ã O



Vistos, etc.

ACORDAM os juízes do Tribunal Regional Eleitoral, por maioria, ouvida a Procuradoria Regional Eleitoral, INDEFERIR o registro de candidatura de PAULO EUCLIDES GARCIA DE AZEVEDO, vencido o relator - Des. Eleitoral João Batista Pinto Silveira. Lavrará o acórdão o Des. Eleitoral Luciano André Losekann.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral.

Porto Alegre, 17 de setembro de 2018.

DES. ELEITORAL LUCIANO ANDRE LOSEKANN REDATOR DO ACÓRDÃO

RELATÓRIO

Cuida-se de pedido de registro de candidatura de PAULO EUCLIDES GARCIA DE AZEREDO ao cargo de Deputado Estadual pela Coligação Frente Trabalhista.

Em parecer o MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL suscitou a inelegibilidade do candidato por entender configurada a hipótese prevista na al. "c" do inc. I do art. 1º da Lei Complementar n. 64/90, porque teve a perda do mandato decretada pela Câmara de Vereadores, em razão da prática de ilícitos previstos no Decreto-Lei 201/67 e, concomitantemente, na Lei Orgânica do Município.

Foi aberto prazo para manifestação do candidato que alegou ter sido condenado em processo de *impeachment* por infração ao Decreto-Lei 201/67, não à Lei Orgânica Municipal, não estando preenchido, portanto, o requisito da alínea "c" da LC n. 64/90.

O DRAP principal já foi julgado e deferido.

É o relatório.



VOTO

A discussão circunscreve-se à inelegibilidade decorrente do ato da Câmara de Vereadores de Montenegro que, em 25.5.2015, decretou a cassação do mandato do então Prefeito (legislatura 2013-2016), ora recorrente, PAULO EUCLIDES GARCIA DE AZEREDO, por meio do Decreto Legislativo n. 269/15.

A temática vem a julgamento em razão do que dispõe o art. 1º, inc. I, al. "c", da Lei Complementar n. 64/90:

Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

[...]

c) O Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, o **Prefeito** e o o vice-prefeito **que perderem seus cargos eletivos** por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da **Lei Orgânica do Município**, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (anos) subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos; (Grifou-se.)

A tese defensiva é de que a inelegibilidade em comento somente se processaria quando registrada a infringência à Lei Orgânica Municipal, o que não teria ocorrido na espécie, pois o Decreto Legislativo supramencionado se reportaria exclusivamente às hipóteses previstas no Decreto-Lei 201/67.

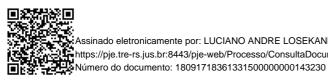
Com razão.

Da ata da sessão de julgamento do Processo n. 057 – SI 034/15 extrai-se as seguintes denúncias que foram apreciadas e tiveram o parecer da comissão processante aprovado pela Câmara Legislativa, reconhecendo-as como infrações político-administrativas atribuídas ao ora recorrente:

- 1 Construção de ciclovia sem parecer do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito art. 4º, inciso VII, do DL nº 201/67;
- 2 Construção de ciclovia sem possuir um projeto técnico prévio, tampouco responsável técnico pelo projeto/execução da obra devidamente cadastrado no Conselho Profissional competente art. 4º, inciso VII, do DL nº 201/67;

[...]

- 4 Construção de ciclovia em descumprimento ao Plano Diretor de Mobilidade Urbana do Município de Montenegro art. 4º, inciso VII, do DL nº 201/67;
- 5 Compra de "tartarugas" ou "calotas" mediante indevida dispensa de licitação art. 4º, inciso VII, do DL nº 201/67;



A decisão exarada constou da referida ata, restando redigida da seguinte maneira:

Terminadas as votações nominais das infrações administrativas apresentadas na denúncia, o Presidente DECLAROU CASSADO O MANDATO DO PREFEITO MUNICIPAL PAULO EUCLIDES GARCIA DE AZEREDO, pela prática de infrações político-administrativas previstas no inciso VII (infrações 1, 2 e 4) e prática de infrações político-administrativas previstas e no inciso VIII (infração 5), ambos do art. 4º do Decreto-Lei nº 201/67. Ato contínuo, o Presidente determinou a lavratura da presente ata e a expedição do competente decreto legislativo de cassação do mandato de prefeito (Decreto Legislativo nº 269/2015, ordenando [...] (Grifou-se.)

O mencionado Decreto-Lei n. 201/67, em seu art. 4º, incs. VII e VIII, apresenta a seguinte redação:

Art. 4º São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

[...]

VII - Praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática;

VIII - Omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura

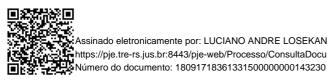
De fato, o acórdão deste Tribunal, de relatoria da eminente Dra. Gisele Anne Vieira de Azambuja, de 20 de outubro de 2016, manteve o indeferimento da candidatura PAULO EUCLIDES GARCIA DE AZEREDO, por entender caracterizada a identidade dos objetos jurídicos tutelados nos arts. 7º, incs. XVII e XVIII, 126 e 127, incs. I e IV, da Lei Orgânica Municipal e art. 4º, incs. VII e VIII, do Decreto-Lei n. 201/67, todos voltados à exigência de regular desempenho do mandato pelo Chefe do Executivo Municipal.

Entretanto, a decisão deste Tribunal foi reformada perante o Tribunal Superior Eleitoral, conforme transcrevo a ementa:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ELEIÇÕES 2016. VEREADOR. REGISTRO DE CANDIDATURA INELEGIBILIDADE ART. 1º, LC 64/9, I, "c", DA LC 64/90. PERDA DE CARGO ELETIVO. AFRONTA. DECRETO-LEI 201/67. AUSÊNCIA DE MENÇÃO A DISPOSITIVOS DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. RESSALVA DE ENTENDIMENTO. DESPROVIMENTO.

[...]

- 2. A teor do art. 1°, I, c, da LC 64/90, são inelegíveis, por oito anos, "o Governador e O Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos".
- 3. Para incidência da inelegibilidade, é necessário que a parte dispositiva do decisum de perda de cargo refira-se de modo expresso a comando normativo da Lei Orgânica do Município, não bastando afronta ao Decreto-Lei 201167, a teor do



que firmado por maioria, por esta Corte, no REspe 232-87/SC, redator para acórdão Min. Admar Gonzaga, sessão de 11.8.2017, em que fiquei vencido com os e. Ministros Luiz Fux e Rosa Weber.

- 4. No caso, incontroverso que a Câmara Municipal de Montenegro/s decretou perda de mandato de prefeito "pela prática de infrações político-administrativas previstas no inciso VII (infrações 1, 2 e 4) e [...] de infrações político-administrativas previstas no inciso VIII (infração 5) ambos do art. 4º do Decreto-Lei nº 201/67" (fi. 521), sem referência à Lei Orgânica do Município.
- 5. Agravo regimental desprovido.

(Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral n. 436-13.2016.6.21.0031, Relator Ministro Herman Benjamin, julgado em 03 de outubro de 2017) (Grifou-se.)

Como se percebe, essa orientação foi sufragada pelo TSE às eleições de 2014 e 2016 conforme se verifica pelo que está contido no mencionado acórdão:

> No caso dos autos, é incontroverso que a Câmara Municipal cassou o mandato do agravado de Prefeito de Montenegro/RS por prática de infrações político-administrativas previstas no art. 4º, VII e VIII, do Decreto-Lei 201/67, e não na Orgânica do Município.

[...]

Ressalto que, nas Eleições 2014, esta Corte Superior afastou inelegibilidade de candidato com base em situação jurídica idêntica à da presente hipótese, em julgado que contou com votos dos e. Ministros Gilmar Mendes, Luiz Fux e Admar Gonzaga. Confira-se:

ELEIÇÕES 2014 - AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO. CANDIDATO A SENADOR. REGISTRO DE CANDIDATURA DEFERIDO. INELEGIBILIDADE PREVISTA NO ART. 1º, INCISO 1, ALÍNEA c, DA LC N. 64/1990. DESINCOMPATIBILIZAÇÃO. CARGO DE PREFEITO. ART. 1, INCISO V, ALÍNEA a, C.C. OS ARTS. 1, INCISO II, ALÍNEA a, E 13 DA LC Nº 64/1 990.

1. Ausência de inelegibilidade decorrente de cassação de mandato por violação à lei orgânica do município ante a prática de infrações político-administrativas dispostas no DL no 201/1967. As restrições que geram inelegibilidade são de legalidade estrita, sendo vedada interpretação extensiva. Precedentes. [...]

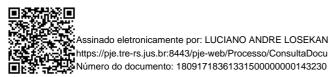
[...]

3. Na linha da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, as regras alusivas às causas de inelegibilidade são de legalidade estrita, sendo vedada a interpretação extensiva para alcançar situações não contempladas pela norma. [...]

(AgR-RO 394-77/MS, Rei. Min. Gilmar Mendes, DJe de 17.8.2015)

Confira-se, para melhor compreensão da controvérsia, trecho do decisum monocrático do e. Ministro Gilmar Mendes, reproduzido no agravo regimental:

Anoto que é assente neste Tribunal que as restrições que geram as inelegibilidades são de legalidade estrita, vedada interpretação extensiva (AgR-REspe nº 423-64/CE, rel. Ministro Dias Toffoli, julgado em 29.11.2012; RO nº 2514-57/AM, rel. Min. Gilson Dipp, julgado em 6.10.2011; REspe 33.109/BA, rel. Min. Marcelo Ribeiro, julgado em 2.12.2008).



Assinado eletronicamente por: LUCIANO ANDRE LOSEKANN - 17/09/2018 18:51:55 Num. 146762 - Pág. 5 https://pje.tre-rs.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18091718361331500000000143230

Assim, entendo não subsistir causa apta a ensejar a inelegibilidade do recorrente

Dessa forma, como todas as infrações foram tipificadas como violadoras ao Decreto-Lei 201/67, não havendo infringência a dispositivo legal da Lei Orgânica Municipal e considerando que a interpretação das inelegibilidades deve ser de legalidade estrita, vedada interpretação ampliativa e extensiva, rejeito a alegada inelegibilidade e preenchidas as demais condições de elegibilidade e registrabilidade deve ser deferido o registro.

Ante o exposto, VOTO pelo deferimento do registro de PAULO EUCLIDES GARCIA DE AZEREDO ao cargo de Deputado Estadual pela Coligação Frente Trabalhista.

Fica dispensada a certificação a que alude o art. 47 da Resolução 23.548/17 do TSE.

Des. Eleitoral Luciano André Losekann: Voto divergente.

Senhor Presidente.

Eminentes colegas.

Eu estou respeitosamente a divergir do voto condutor.

Tal como já consignado pelo ilustre Relator, a discussão se circunscreve à inelegibilidade decorrente do ato da Câmara de Vereadores de Montenegro que, em 25.5.2015, decretou a cassação do mandato do então Prefeito (legislatura 2013-2016), ora requerente, PAULO EUCLIDES GARCIA DE AZEREDO, por meio do Decreto Legislativo n. 269/2015.

A controvérsia diz respeito ao disposto no artigo 1°, I, "c", da Lei Complementar n. 64/90:

Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

[...]

c) O Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, **o Prefeito** e o o vice-prefeito **que perderem seus cargos eletivos** por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da **Lei Orgânica do Município**, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (anos) subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos; (Grifou-se)

A tese defensiva, é de que a inelegibilidade em comento somente se processaria quando



Assinado eletronicamente por: LUCIANO ANDRE LOSEKANN - 17/09/2018 18:51:55
https://pje.tre-rs.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1809171836133150000000143230

registrada a infringência à Lei Orgânica Municipal, o que não teria se processado na espécie, pois o Decreto Legislativo supramencionado se reportaria exclusivamente às hipóteses previstas no Decreto-Lei

201/67.

Da ata da sessão de julgamento do Processon. 057 – SI 034/15 extrai-seas seguintes

denúncias que foram apreciadas e tiveram o parecer da comissão processante aprovado pela Câmara

Legislativa, reconhecendo-as comoinfrações político-administrativas atribuídas ao ora recorrente:

1 - Construção de ciclovia sem parecer do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito –

art. 4°, inciso VII, do DL nº 201/67;

2 - Construção de ciclovia sem possuir um projeto técnico prévio, tampouco responsável técnico pelo projeto/execução da obra devidamente cadastrado no Conselho Profissional

competente – art. 4°, inciso VII, do DL n° 201/67;

[...]

 $\bf 4$ - Construção de ciclovia em descumprimento ao Plano Diretor de Mobilidade Urbana do

Município de Montenegro – art. 4°, inciso VII, do DL nº 201/67;

5 - Compra de "tartarugas" ou "calotas" mediante indevida dispensa de licitação – art. $4^{\rm o},$

inciso VII, do DL nº 201/67;

A decisão exarada constou da referida ata, restando redigida da seguinte maneira:

Terminadas as votações nominais das infrações administrativas apresentadas na denúncia, o Presidente DECLAROU CASSADO O MANDATO DO PREFEITO MUNICIPAL

PAULO EUCLIDES GARCIA DE AZEREDO, pela <u>prática de infraç</u>ões <u>político-administrativas previstas no inciso VII (infrações 1, 2 e 4) e prática de infraç</u>ões <u>político-administrativas previstas e no inciso VIII (infração 5), ambos do art. 4º do Decreto-Lei nº 201/67</u>. Ato contínuo, o Presidente determinou a lavratura da presente ata e

a expedição do competente decreto legislativo de cassação do mandato de prefeito (Decreto Legislativo nº 269/2015, ordenando [...] (Grifou-se)

O mencionado Decreto-Lei n. 201/67, em seu art. 4º, incisos VII e VIII, apresenta

a seguinte redação:

Art. 4º São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao

julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

[...]

VII - Praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática:

VIII - Omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura;

Contudo, entendocaracterizada a identidade dos objetosjurídicos tutelados nos arts. 7°, incs. XVII e XVIII, 126 e 127, inc. I e IV, da Lei Orgânica Municipal e art. 4°, inc. VII e VIII, do Decreto-Lei n. 201/67, todos voltados à exigência de regular desempenho do mandato pelo Chefe do Executivo Municipal.

As infrações extraídas do mencionado Decreto-Lei 201/67,acima destacadas, correspondem aviolações de deveres assumidos pelo Prefeito que se encontram prevista na Lei Orgânica do Município de Montenegro, em seus artigos 7°, incisosXVII e XVIII; 126 e 127, incisosI e IV, *in verbis* :

Art. 7.º Compete ao Município:

[...]

XVII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

XVIII – elaborar e executar o plano diretor;

Art. 126. É de responsabilidade do Município, mediante licitação e de conformidade com os interesses e as necessidades da população, prestar serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, bem como realizar obras públicas, podendo contratá-las com particulares através de processo licitatório.

Art. 127. Nenhuma obra pública, salvo os casos de extrema urgência devidamente justificados, será realizada sem que conste:

I – o respectivo projeto;

[...]

 ${
m IV}$ – a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse público;

Ademais, o Presidente da Casa Legislativa quando do processo de cassação do Prefeito, pautou-se na Lei Orgânica Municipal.



E, por oportuno, trago decisão deste Regional que bem enfrentou o tema:

Recurso. Impugnação ao registro de candidatura. Cargo de prefeito. Eleições 2012. Irresignação ministerial diante da decisão judicial que deferiu o pedido, afastando a hipótese de inelegibilidade prevista no art. 1°, inc. I, letra "c", da Lei Complementar n° 64/90, com a redação introduzida pela Lei Complementar n° 135/10. Decretada, em 2011, a cassação do mandato do recorrido - então prefeito e agora pleiteando a reeleição -, por ato da Câmara de Vereadores. Sentença monocrática fundamentada na ausência de infringência à Lei Orgânica Municipal, com infringência, porém, do art. 4°, inc. III, do Decreto-Lei n° 201/67. Evidenciada a plena identidade dos objetos jurídicos tutelados nos dispositivos atinentes ao art. 58, da Lei Orgânica Municipal, e ao art. 4°, inc. III, do Decreto-Lei n° 201/67, ambos voltados à garantia da atividade do Poder Legislativo. É suficiente a cassação por ato da câmara de vereadores para que se consubstancie a aplicação da alínea "c" do inciso I do artigo 1° da Lei Complementar n° 64/90. Modo consequente, reconhecida a inelegibilidade do recorrido. Provimento.

(TRE/RS, re 137-63, Rel. Dr. Artur dos Santos e Almeida, j. 22-8-2012.) (Grifei.)

Consequentemente, constata-se haver identidade de finalidade nos dispositivos acima relacionados, os quais se completam, já que a Lei Orgânica do Município se relaciona, no que respeito aos deveres dos administradores, como Decreto-lei 201/67.

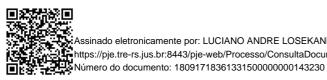
Inevitável, portanto,a conclusão de que a perda do cargo do ora requerente, deliberada pela casa legislativa do município, amolda-se juridicamente aos pressupostos fático-jurídicos caracterizadores da inelegibilidade insculpida no art. 1°, inc. I, alínea "c", da LC 64/90, a despeito de não terem constado no Decreto-Legislativo n° 269, de 25 de maio de 2015 os artigos da norma municipal.

Não desconheço que foi reformada perante o Tribunal Superior Eleitoral (Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral n. 436-13.2016.6.21.0031, Relator Ministro Herman Benjamin, julgado em 03 de outubro de 2017) a decisão deste Tribunal, nos autos do RE 436-13,que reconheceua incidência da hipótese de inelegibilidade prevista na alínea "c" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar n. 64/90, e manteve o indeferimento do registro de candidatura de PAULO AZEREDO ao cargo de vereador do Município de Montenegro.

Todavia, cabe referirque "as condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade devem ser aferidas a cada eleição. O reconhecimento ou não de determinada hipótese de inelegibilidade para uma eleição não configura coisa julgada para as próximas eleições" (AgR-REspe n. 2553, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 25.3.2013).

E a corroborar meu entendimento, no sentido de reconhecer a hipótese de inelegibilidade suscitada pelo órgão ministerial, entendo pertinente trazer aos autos as esclarecedoras palavras do Ministro Luiz Fux, proferidas no julgamento do RESPE 232-87/ES, no qual era Relator, mas restou vencido com os EminentesMinistros Herman Benjamin e Rosa Weber (por maioria de 4 a 3 votos):

O art. 1°, I, c, da LC n° 64/90, contempla, em seu tipo, a perda do mandato em virtude de prática de infração político-administrativa prevista na Constituição Estadual, Lei Orgânica do Distrito Federal ou Lei Orgânica Municipal como hipótese restritiva do *ius honorum*a



ocupantes de cargos majoritários estaduais e municipais (e seus respectivos vices) durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos.

(...)

A *ratio essendi* do art. 1°, inciso I, alínea c, ocupa-se em evitar a assunção, ainda que para outros cargos político-eletivos, daqueles que, ao desempenharem a titularidade do Executivo estadual, distrital e municipal, tenham vulnerado flagrantemente a ordem suprema de suas respectivas entidades federativas, a ponto de serem retirados do exercício de seus cargos. O compromisso da norma restritiva, portanto, é potencializar o cânone jusfundamental da moralidade e da ética na gestão da coisa pública, de sorte a concretizar diretamente o imperativo magno insculpido no ad. 14, §9°, da Lei Fundamental.

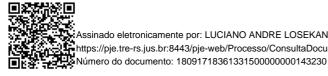
As discussões sobre a alínea c, porém, a despeito de aparentemente singelas, suscitam alguns desafios a serem enfrentados e equacionados. O principal deles se relaciona com o próprio modelo de federação que vem sendo engendrado no país.

Em linhas gerais, o federalismo é um arranjo institucional que envolve a partilha vertical do poder entre diversas entidades políticas autônomas, que coexistem no interior de um único Estado soberano. Trata-se de um modelo de organização política que busca conciliar a unidade com a diversidade.

A despeito de existirem diferentes modelos de federalismo, há alguns elementos mínimos sem os quais uma federação se descaracterizaria. Dentre esses elementos se destaca a efetiva autonomia política dos entes federativos, que se traduz nas prerrogativas do autogoverno, auto-organização e autoadministração (para alguns, a autolegislação).

Nesse aspecto, o federalismo brasileiro, conquanto formalmente confira autonomia política a estados, DF e municípios, se revela bastante centralizado, beirando a muitas vezes o federalismo meramente nominal. Vislumbro dois fatores essenciais para esse quadro. O primeiro é de índole jurídico-positiva: a engenharia constitucional brasileira, ao promover a partilha de competências entre os entes da federação (CRFB, arts. 21 a 24), concentra grande quantidade de matérias sob a autoridade privativa da União. O segundo fator é de natureza jurisprudencial. Não se pode ignorar a contundente atuação do Supremo Tribunal Federal ao exercer o controle de constitucionalidade de lei ou ato federal e estadual, especialmente aquele inspirado no "princípio da simetria" e numa leitura excessivamente inflacionada das competências normativas da União.

Não é o caso de revisitar aqui os problemas inerentes ao federalismo brasileiro, mas o fato é que esse arranjo repercute na fixação da exegese que maximize os princípios de moralidade, probidade e de ética na gestão da *res*pública, uma vez que, consoante já averbei em sede doutrinária, "a probidade é condição inarredável para a boa administração pública e, mais



do que isso, a corrupção e a desonestidade são as maiores travas ao desenvolvimento do país e ao resgate da credibilidade dos membros da classe política perante a sociedade." (FUX, Luiz; FRAZÃO, Carlos Eduardo. Princípios Eleitorais. Novos Paradigmas de Direito Eleitoral. Belo Horizonte, 2016, p. 122).

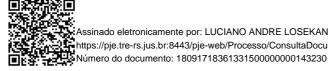
Decerto, em se tratando de perda do mandato de Governadores e de Prefeitos, decorrentes de condenação por infrações político-administrativas (leia-se, processo de *impeachment*), um ponto a ser observado - e assaz relevante - consiste no fato de ser defeso a Estados-membros, Distrito Federal e Municípios legislar sobre crimes de responsabilidade, porquanto da alçada privativa da União. É precisamente o que dispõe o Enunciado da Súmula Vinculante nº 46 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual "A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União" (antiga Súmula nº 722 daquela Egrégia Suprema Corte).

Regulamentando a temática, o legislador federal editou dois comandos: a Lei n° 1.079/50, aplicável ao processo e julgamento do Presidente da República, dos Governadores de Estado etc., e o Decreto-Lei n° 201/67, o qual dispõe sobre a responsabilidade de prefeitos e vereadores.

Com isso, é de se indagar: sobressai a inelegibilidade da alínea c apenas e tão somente quando a perda do mandato de Governadores e de Prefeitos se ancorar exclusivamente em ultraje às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, ao revés, a ofensa à legislação federal que disciplina os crimes de responsabilidade de Governadores e de Prefeitos (Lei nº 1.079/50 e Decreto-Lei nº 201/67) também poderia dar azo à restrição da cidadania passiva do titular dos chefes do Executivo, estadual, distrital e municipal? Evidentemente que, se endossarmos exegese estrita, no sentido de interpretar literalmente a alínea c, haverá o completo esvaziamento da norma. E tal exegese amesquinharia frontalmente a teleologia subjacente à norma.

É que, se é proscrito a Estados, Municípios e Distrito Federal disciplinarem, em suas Constituições e Leis Orgânicas, hipóteses de crimes de responsabilidade (e a jurisprudência do STF é remansosa quanto à vedação), sob pena de inconstitucionalidade formal orgânica (i.e., vício de competência), o âmbito de incidência do art. 1°, inciso I, alínea c será extremamente reduzido, não mais subsistindo, na prática, aplicação significativa.

Ciente dessa preocupação, e sem embargo de serem normas federais, enquanto editadas pela União, penso que não haveria qualquer equívoco em afirmar que tais diplomas legais se afiguram como extensões da legislação estadual, distrital e municipal, em temas de crimes de responsabilidade, ante a impossibilidade desses entes legislarem sobre o assunto. Tanto a Lei no 1.079/50, na parte que versa sobre os crimes de responsabilidade de Governadores, quanto o Decreto-Lei nº 201/67 veiculam normas materialmente estaduais (e distrital) e municipais, respectivamente, porquanto Estatutos de competência privativa da União, a inviabilizar, insisto no ponto, a regulamentação pelas demais entidades da Federação.



E brilhante foi o raciocínio do nobre Ministro ao concluir que:

Endossar entendimento oposto, de ordem a entender não configurada a causa de inelegibilidade insculpida na alínea c, sob a justificativa de que o pronunciamento de perda do mandato se fundou somente no Decreto-Lei, implicaria negação à *ratio essendi*da norma

inserta no dispositivo da lei complementar, máxime porque admitiria que um candidato que perdeu seu cargo em decorrência de crime de responsabilidade se mantivesse elegível para

o pleito subsequente ao do mandato interrompido e para os outros subsequentes.

Em vista disso, ilustres colegas, com a devida vênia dos que possuem compreensão

diversa sobre o tema, penso que outro entendimento, que impeça o reconhecimento da inelegibilidade do

recorrente, como o alicerçado no fato de a decisão da Câmara não fazer referência expressa à infringência à Lei Orgânica do Município, implicaria concluir que o silêncio da lei municipal afasta a inelegibilidade

daquele que tem seu cargo eletivo cassado pela prática de infração político-administrativa, bem como os

efeitos do Decreto-Lei n.º 201/67.

Por consequência, por uma mera questão formal de indicação de qual é o artigo da lei

orgânica, deixaríamos que o requerente concorresse a cargo eletivo, embora cassado pela Câmara

Municipal. Ora, eminente colegas, todos os crimes, os crimes de responsabilidades, os atos listados no

Decreto-Lei n. 201/67 dizem o quê? Justamente, com o maufuncionamento da administração pública ou

com a violação aos deveres do bom administrador público, que foi o caso concreto, que levou o

requerente, então agora pretendente ao registro de candidatura, a ter seu mandato cassado em

Montenegro.

Logo, evidenciada a perda do mandato por infração político-administrativa prevista no

Decreto-Lei n.º 201/67, que trata da responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, impõe-se reconhecer a

inelegibilidade prevista na alínea "c" do inciso I do art. 1º da LC 64/90.

Por derradeiro, assinale-se que, no caso em exame, deve-se contar o prazo de 8 (oito)

anos da inelegibilidade a partir do final do período remanescente do mandato que foi cassado, de modo

que o recorrente encontra-seinelegível pelos oito anos subsequentes a 31.12.2016, ou seja, até 31.12.2024.

Ante oexposto, VOTO por reconhecer a incidência da inelegibilidade prevista na alínea

"c" do inciso I do art. 1º da LC 64/90 e INDEFERIRo registro de candidatura de PAULO EUCLIDES

GARCIA DE AZEREDO ao cargode Deputado Estadual pelaColigação FRENTE TRABALHISTA.

É como voto, Senhor Presidente.

Demais julgadores de acordo com a divergência.

